

VARIAÇÃO NOS PROCESSOS DE REFERENCIAÇÃO CORRELACIONADA A GÊNEROS DISCURSIVOS¹

VARIATION IN THE PROCESSES OF REFERENCE CORRELATED TO DISCOURSE GENRES

Vera Lúcia Paredes Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro/CNPq

RESUMO

Neste artigo discute-se a correlação entre processos de referenciação, expressos na retomada de elementos já introduzidos no texto, e os gêneros e tipos textuais em que se inserem. Defende-se a possibilidade de um tratamento quantitativo aplicado a essa correlação, na perspectiva da sociolinguística variacionista, e apontam-se as vantagens de tal abordagem. O corpus é constituído de gêneros da imprensa escrita carioca, publicados nos últimos 8 anos. Exemplifica-se a proposta com a análise de dois fenômenos: a variação nome/pronome/zero na referência à terceira pessoa; e a variação no uso do artigo definido ou do pronome demonstrativo como determinante do SN/rótulo. Os resultados evidenciam as vantagens de um tratamento quantitativo, ao se considerar a inserção dos fenômenos sintático-discursivos no contexto maior dos gêneros e tipos textuais.

Palavras-chave: gêneros e tipos textuais; referenciação; rótulos; sintagma nominal; variação.

ABSTRACT

In this article some aspects of the correlation between reference processes and genre analysis / text typology analysis are discussed in a quantitative approach, following variationist sociolinguistics. The contribution of quantitative analysis to the best comprehension of variable discursive-syntactic phenomena is argued. The data is constituted by different newspaper genres published in Rio de Janeiro, in the last 8 years. The proposal is exemplified through the analysis of two phenomena: the variable representation of third person (noun, pronoun, zero anaphora) and its implications in reference maintenance and

¹ Este trabalho tangencia um tema em que Cláudia era “*expert*”: referenciação. Sua paixão pelo que fazia, sua coragem, sua bravura não podem ser esquecidas. “E quem cantava chorou ao ver seu amigo partir”. Mas sua lembrança ficará sempre em nossos corações. Um beijo, amiga!

theme progression; the determinant variation (definite article vs. demonstrative pronoun) in NPs used as discourse labels. The results have shown that the choice between the preferred variant in each case can be successfully correlated to genre and text types. Nevertheless, one question remains open: that of the best criteria for segmentation of a genre in its constituent text sequences.

Keywords: discourse genre; labels; Noun Phrase; processes of reference; text typology.

INTRODUÇÃO²

Neste trabalho procura-se estabelecer uma correlação entre dois tópicos que tem despertado bastante interesse na linguística recente – os estudos sobre *referencia(ção)* e a *análise de gêneros* – e a possibilidade de um tratamento quantitativo aplicado a essa correlação. Será também proposta uma comparação entre alguns gêneros jornalísticos, a partir de aspectos da referenciação.

Para tanto, recorre-se a análises de dados de uso real, aos quais se aplica eventualmente um tratamento de frequência, com base na sociolinguística variacionista: defendemos que análises baseadas no uso real dos falantes, que possam ser comprovadas numericamente/empiricamente, oferecem maior precisão e objetividade.

É dentro desse espírito que se apresentam a seguir algumas reflexões sobre esses tópicos.

1. Sobre referência e referenciação

Os estudos sobre referência, no quadro da linguística moderna, se inserem, em última instância, na temática da coesão textual, isto é, trata-se de estratégias para manter a “tessitura do texto”, como assinalam Halliday e Hasan (1976).

Mas, se para os autores a referência atua como um dos tipos de elo coesivo, ao lado da conjunção, da elipse e da coesão lexical, há discussões que precedem essa, e que dizem respeito ao próprio ato de referir: “a questão de saber como a língua refere o mundo tem sido colocada há muito tempo

² Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada como conferência no Seminário de Pós-Graduação em Letras e Linguística, UFES, em 25/09/2009.

em diversos quadros conceituais” (MODADA; DUBOIS, 2003. p. 18). Em outras palavras, a questão em causa é a seguinte: como se estabelece a relação entre as palavras e as coisas?

Para a semântica tradicional, era praxe afirmar que usamos um nome para designar uma entidade (do mundo real ou de nosso mundo subjetivo). O clássico triângulo semântico de Odgen e Richards ([1923]1976) representa o mecanismo de produção do significado em três vértices, sendo o da extrema direita reservado ao referente, apresentado como “a coisa extralinguística”; no vértice oposto, o símbolo, o signo; e mediando esta relação, o pensamento ou referência. Neste ponto, é de se perguntar se os autores já não estariam, de alguma forma, incorporando aspectos cognitivos nesta relação. Como a relação Referente (coisa, entidade) – Símbolo (palavra, signo) não é direta (linha pontilhada), mas mediada pelo pensamento ou referência (palavras do autor), essa intermediação abriga a percepção do falante, do ponto de vista pessoal ou cultural.

De qualquer forma, na concepção tradicional o que se tem é um mundo exterior previamente definido, organizado em categorias discretas, as quais caberia à língua nomear. Essa concepção traz em seu bojo uma visão estática de língua, entendida como uma “nomenclatura”. E o “nome” ganha lugar de destaque, como a expressão linguística da designação.

A perspectiva linguística no que diz respeito à referência, vem mudando nas duas últimas décadas, através de autores como Mondada e Dubois (2003), Apothéloz e Chanut (2003) e outros. No Brasil, Marcuschi (1998, 2005), Koch (1999, 2005), Roncarati (2010) por exemplo, têm olhado de modo diferente para essa questão. A língua passa a ser examinada na sua dinâmica, os objetos referidos deixam de ser objetos do mundo (mundanos) e passam a ser construídos pelo sujeito no discurso (objetos de discurso, portanto). Isso implica dizer que não há entidades no mundo nem categorias previamente estabelecidas, que se refletiriam nos nomes correspondentes. Há, sim, processos de elaboração de referentes no discurso. Substitui-se a expressão “referência” pela expressão “referenciação”. Não se trata, decerto, apenas de uma questão terminológica, e sim de concepção do processo: a referenciação constitui uma atividade discursiva (KOCH, 1999; KOCH & MARCUSCHI, 1998). Desse modo, as entidades designadas não são mais vistas como entidades externas, objetos do mundo, mas objetos

que são elaborados no discurso: objetos de discurso, que revelam de alguma forma o “projeto de dizer” do falante/escritor.

Nesse processo, o Sintagma Nominal (SN) assume papel importante, como a expressão linguística através da qual o autor faz sua escolha de representação/elaboração do objeto de discurso.

A título de ilustração inicial, examinemos um exemplo extraído de uma notícia de jornal:

- 1) O juiz João Marcos C.B. F., da 8ª. Vara de Fazenda Pública, indeferiu ontem o pedido de antecipação de tutela proposto pelo general do Exército brasileiro Luiz C. S. pleiteando a demolição do prédio do 19º. BPM (Copacabana), construído junto à Estação Siqueira Campos do metrô. O militar alegava que a construção afetava a privacidade no edifício xx da Rua Figueiredo de Magalhães, onde Ø tem um apartamento no segundo andar. (...)

Ontem, o juiz visitou o novo batalhão e em sua decisão considerou que a única reclamação pertinente feita pelo general havia sido resolvida - as caixas d'água que obstruíam a vista da varanda do militar foram trocadas por uma mais baixa. Sobre as demais queixas, o juiz escreveu: “A quadra de esportes se situa fora do alcance da vista da varanda do autor, não havendo como afetar a sua privacidade. (...)

(Notícia/reportagem - O Dia, 04-06-2003)

Na notícia do jornal O Dia, acima transcrita, podemos identificar dois personagens principais: um protagonista - **o juiz** e um antagonista - **um general**, que é introduzido no texto com nome e patente; depois, referido através de um hiperônimo **o militar**; em seguida, retomado como **general**, novamente como **militar** e através da anáfora zero. Finalmente é recategorizado como **autor**, na fala citada de um juiz, portanto, apresentado agora como parte de um processo judicial, numa outra instância discursiva. Desse modo, o texto ajuda o leitor a ir paulatinamente construindo esse objeto de discurso, na sua manutenção/continuidade e ao mesmo tempo na sua evolução. Já o protagonista é sempre apresentado como o juiz - seu papel não muda ao longo do texto.

Exemplos como esse, em que nomes se alternam na indicação da continuidade referencial/tópica e da evolução de referentes no discurso, são muito frequentes na mídia impressa. Note-se que, com isso, cai por terra a ideia expressa nas gramáticas de que cabe ao nome introduzir a entidade, que, depois, se espera, seja retomada pelo pronome ou pela anáfora zero (Cf. PAREDES SILVA, 2008).

Há uma série de fatores que podem influenciar essa escolha. No gênero notícia, por exemplo, um deles seria a participação de personagens do mesmo sexo/gênero e a possível ambiguidade daí resultante.

Como se disse inicialmente, este é um estudo da língua em uso. Cabe, então, definir que uso está em jogo.

2. O *Corpus*

Num sentido mais amplo, pode-se dizer que o corpus aqui analisado é constituído de textos extraídos do discurso jornalístico.

Assim como o exemplo dado, os demais exemplos são, na sua maioria, integrantes de um acervo de língua escrita do projeto PEUL/UFRJ. Este material foi coletado visando, em princípio, a um estudo comparativo de fenômenos já analisados na fala carioca pelos pesquisadores do Projeto PEUL/UFRJ (tais como concordância nominal e verbal, uso explícito ou não de pronome sujeito, uso variável do dativo, queísmo e dequeísmo) (Cf. OLIVEIRA; SILVA; SCHERRE, 1996).

Tal amostra, constituída entre 2000 e 2004, compreende jornais de grande circulação no Rio de Janeiro, dirigidos a um público-leitor diferenciado - jornais mais populares ou mais destinados à classe média - parâmetro estabelecido com base no preço do jornal na banca. Os jornais que nos serviram de fonte foram: O Globo, Jornal do Brasil³, Extra, O Povo⁴.

Através dessas análises se pretendia verificar um padrão real de uso escrito semi-formal.

³ No seu antigo formato, pois desde setembro de 2009 o JB passou a ter apenas a edição eletrônica.

⁴ Para maiores detalhes e acesso a este material, consultar página do PEUL <www.lettras.ufrj.br/peul/amostras>.

Considerando-se que o jornal impresso é um veículo que abriga vários gêneros, foi feita uma seleção. Reuniram-se: artigos de opinião, notícias⁵ (da cidade), crônicas, notas sociais, horóscopo, cartas de leitores, nem todos explorados neste artigo.

Por outro lado, a esse material um grupo de orientandos acrescentou outros gêneros, como por exemplo, entrevistas transcritas, além de um novo acervo de crônicas.⁶

3. Sobre gêneros, tipos de texto e domínios discursivos

Sabemos que o chamado discurso jornalístico compreende vários gêneros, e falar de gêneros de discurso significa necessariamente falar de Bakhtin, unanimidade de referência em todas as abordagens ao tema. Aqui se toma como fonte, especialmente, seu ensaio traduzido como “Os gêneros de discurso”⁷.

Sua concepção de gênero revela preocupação com o momento da produção e recepção do discurso, seu caráter interacional, dialógico. Pode-se dizer que Bakhtin coloca o gênero no centro das questões linguísticas, ao afirmar que todos nós assimilamos formas da língua somente em formas de enunciados. Ou seja, aprender a falar é aprender a construir enunciados.

Dessa forma, Bakhtin é o responsável por trazer os estudos de gêneros do âmbito da literatura, onde, até então, se situavam predominantemente para a linguagem cotidiana. Destaca o fato de não falarmos por enunciados soltos, mas através de formas relativamente estáveis de enunciados, que estão associadas às diversas situações comunicativas. É nessa concepção que nos pautamos. E é essa também a razão pela qual preferimos falar em gêneros de discurso/discursivos, ao invés de gêneros textuais⁸.

Desse modo, deve-se a Bakhtin a ampliação do interesse pelos gêneros, do âmbito das esferas literária e retórica, até então centralizadoras de tais estudos, para todas as práticas de linguagem da vida cotidiana. Para

⁵ Não se está fazendo aqui distinção entre notícia e reportagem.

⁶ Entre eles, Ana Paula Pereira Martins, Pedro Ivo V. Costa Pinto.

⁷ Tal ensaio aparece no livro *Estética da Criação Verbal*, Ed. Melhoramentos, cuja primeira edição em português data de 1992.

⁸ Para uma discussão aprofundada dessas diferenças terminológicas, consultar o artigo de Rojo em Meurer, Bonini; Motta-Roth (Orgs.), 2005.

o autor, o que constitui um gênero é sua ligação com uma situação social de interação, não os seus traços formais.

No ensaio mencionado, os gêneros aparecem definidos como “formas típicas de enunciados” ou “tipos relativamente estáveis de enunciados”, e aí surge um ponto problemático da tradução desses textos, escritos originalmente em russo, e que nos chegaram às mãos inicialmente em inglês. Pode-se entender enunciado tanto como a produção do discurso, como o discurso produzido historicamente situado. Na tradução inglesa (cf. BAKHTIN 1986), a palavra utilizada é *utterance*, que costumamos traduzir como *enunciado*.

Na tradução portuguesa, feita diretamente do russo, o tradutor em nota justifica sua opção pelo termo “enunciado”, afirmando que Bakhtin emprega igualmente o mesmo termo *viskázivat* para o ato de produção do discurso e o discurso produzido. Importante é ressaltar que o enunciado é uma unidade da **comunicação discursiva** e se distingue da *oração*, unidade da língua enquanto **sistema**. A expressão usada pelo autor é sempre **gêneros de discurso**.

No referido artigo, Bakhtin distingue gêneros discursivos primários (simples) e secundários (complexos). Os primeiros, segundo o autor, se formaram nas condições da comunicação discursiva imediata, como a conversa, que ele chama de diálogo cotidiano, o relato do dia a dia, a carta. Já os gêneros secundários (complexos) “surtem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado”, o que seria o caso dos romances, dos gêneros acadêmicos de um modo geral, dos chamados gêneros “publicísticos”, isto é, que se publicam.

Observe-se que essa divisão não contempla uma oposição fala/escrita, ou seja, não relaciona os primários à fala e os secundários à escrita, uma vez que a carta aparece como um gênero primário, e gêneros acadêmicos orais, como a palestra, são tidos como secundários.

Quanto à questão do hibridismo ou da superposição de gêneros, Bakhtin afirma que muitos gêneros secundários, em seu processo de formação, absorvem e reelaboram diversos gêneros primários. Nesse ponto, a questão é mais conduzida pelo autor para o âmbito da literatura, e o exemplo dado é o do gênero *carta*, inserido no gênero complexo *romance*.

Nesse caso, diz ele, a carta não perde suas características, mas perde sua relação direta com a realidade, deixa de ser um acontecimento do cotidiano, para ter relevância apenas no romance. Essas combinações, no entanto, nos permitem justamente confirmar a estabilidade dos gêneros, tal como o autor ressalta.

Reconhece três elementos determinantes num gênero: conteúdo temático, estilo e construção composicional. Apesar disso, e do uso da expressão *tipos de enunciados*, Bakhtin, no ensaio citado, em nenhum momento encaminha sua discussão para uma tipologia, como o fazem, por exemplo, Jean-Michel Adam (1992) ou Bronckart (1999), ou ainda, Marcuschi (2002, 2008), no Brasil. Nesse ponto, cabe então distinguirmos o que entendemos como *tipos de texto* ou *sequências textuais*.

4. Em busca de uma tipologia de textos

A discussão de Bakhtin no ensaio mencionado se situa num plano mais teórico, conceitual. O autor menciona a construção composicional como uma das bases do tripé (associada ao tema e ao estilo) em que se assenta o gênero, mas não se detém particularmente nesses aspectos.

Na chamada Linguística de *corpus*, um autor que lida com a questão dos gêneros e tipos de texto é Biber (1988). Empreende uma análise empírica de vários gêneros, e a partir do levantamento de um amplo conjunto de traços linguísticos e do agrupamento desses traços, define dimensões através das quais os gêneros podem variar. Por exemplo, envolvimento vs. informatividade, referência explícita vs. situacional, etc. Desse modo, as dimensões serviriam de subsídio à caracterização dos gêneros, enquanto os traços linguísticos, dos tipos.

Concordamos com Biber (op.cit.), no sentido de atribuir a questão dos *tipos de texto* a outro nível de análise, que consideramos o das possibilidades de organização linguística.

Quanto à distinção gênero/tipo, afirma Biber (1988):

Categories de gênero são determinadas na base de critérios externos, relacionados ao propósito do falante e ao tópico. São atribuídas na base do uso, e não da forma (BIBER, 1988, p. 170).

Mas o autor reconhece que é também possível agrupar textos com base na forma linguística:

Em nosso trabalho, distinguimos *gêneros* de *tipos de texto*: *gêneros* caracterizam textos na base de critérios externos, enquanto *tipos de texto* representam agrupamentos de textos que são semelhantes na forma, independente do gênero. Por exemplo, um artigo acadêmico sobre a história da Ásia representa uma exposição acadêmica formal, em termos do propósito do autor, mas sua forma linguística pode ser narrativa e mais semelhante a alguns tipos de ficção do que artigos acadêmicos de engenharia (BIBER, 1988, p. 170).

Entre nós, Marcuschi (2008, 2002) é um autor que se tem dedicado à questão dos gêneros textuais, a partir de seus estudos sobre as relações fala-escrita. Estabelece, por um lado, tipos textuais, definidos a partir da natureza linguística de sua composição, resultando em “cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: *narração, argumentação, exposição, descrição, injunção*” (2002, p. 22); por outro lado, caracteriza os *gêneros* como uma noção propositalmente vaga e relacionada a características sócio-comunicativas.

Assim, vemos que há uma forte tendência a se adotar o termo *gênero* (de discurso ou textual) para a caracterização do discurso associado a uma situação comunicativa, enquanto os *tipos de texto* seriam analisáveis pelos seus aspectos formais.

Em Paredes Silva (1997) estabeleceram-se critérios distintivos para os dois níveis de análise (função e forma, respectivamente), mas não se aplicou com rigor a distinção terminológica *gênero/tipo*. Isso foi revisto em trabalhos posteriores (Cf. PAREDES SILVA, 2010). Entendem-se os *tipos textuais* como sequências, estruturas disponíveis na língua e identificáveis a partir de marcas linguística específicas, referentes principalmente ao sistema de tempo/aspecto/modo do verbo, mas também à centração numa pessoa do discurso (1ª, 2ª, e 3ª), às preferências semânticas, à natureza do verbo predominante, à maior ou menor incidência de sintagmas nominais ou verbais, ao predomínio de uma ordenação lógica ou cronológica, etc. Tais traços permitem identificar um conjunto limitado de *tipos textuais*, sendo

que a lista desse conjunto pode variar consoante o autor. Alguns tipos parecem consensuais (narração, descrição, argumentação) outros nem tanto (explicação, exposição, injunção) (Cf. MARCUSCHI, 2002; BRONCKART, 1999; ADAM, 1992; entre outros). Propõe-se também o tipo *expressivo* (cf. Paredes Silva, 1997).

Por outro lado, os *gêneros* correspondem a uma atualização (no sentido aristotélico do termo) desses tipos em circunstâncias concretas de comunicação. Dado esse caráter sócio-interacional do gênero, e dada a diversidade de situações comunicativas com que nos defrontamos, daí decorre uma multiplicidade de gêneros de discurso. Estes, no entanto, são até mais facilmente identificáveis pelos usuários da língua do que os tipos que os constituem. Assim, estruturas narrativas podem se realizar em histórias, piadas, notícias.

Por exemplo, ao girarmos o botão de um rádio e passarmos rapidamente por várias estações não teremos dificuldade de, em poucos segundos, identificarmos se se trata de uma transmissão esportiva, uma pregação religiosa, um noticiário ou uma propaganda. Ou seja, os gêneros fazem parte de nossas atividades sóciointeracionais. Já os tipos de texto com os quais nós os elaboramos, os construímos, requerem uma análise linguística mais detalhada.

Para citar um caso concreto, voltemos ao nosso exemplo inicial.

O segmento apresentado relata fatos, numa sequência cronológica: um juiz indeferiu um pedido, feito anteriormente. Visitou o local e tomou uma decisão. Situa-se a ação no tempo e no espaço, estabelecendo uma distinção entre a linha principal dos eventos e os motivos. Personagens de 3ª.pessoa são os principais. Os sintagmas verbais (as ações, no caso) são centrais nesse relato. Os verbos assumem uma importância maior que os nomes, embora não possamos ignorar a existência de nominalizações. Temos continuidade de referente/tópico de 3ª.pessoa, marcas de passado (perfectivo e imperfectivo- figura/fundo), localizadores espaço-temporais, verbos de ação, etc.

Assim, do ponto de vista da sequência ou do tipo de texto que a compõe, essa notícia é predominantemente narrativa, com alguns ingredientes de descrição, como, aliás, é comum às narrações.

Constata-se, assim, que gêneros se compõem de diferentes tipos de texto, e um dos problemas do analista é exatamente essa segmentação: até onde vai uma sequência de tal ou qual tipo, e qual a sequência predominante.

5. Os tipos nos gêneros

A Notícia - um gênero informativo

As notícias com que trabalhamos são de caráter mais informativo. Para não haver grande diversidade temática, fizemos um recorte de modo a incluir no corpus apenas as notícias da cidade. Com isso evitamos o noticiário econômico, o político e o esportivo, por exemplo, cada um com características próprias. Ao fazer esse recorte, seguimos também um dos parâmetros de Bakhtin no artigo supracitado, quanto a uma das propriedades do gênero (o conteúdo temático).

Ao nos concentrarmos em notícias da cidade, passamos a ter um conjunto temático relativamente estável (crimes, assaltos, sequestros, tráfico de drogas, má prestação de serviços públicos e acontecimentos inesperados, tais como enchentes e incêndios. Verificamos, assim, nesse conjunto de notícias a predominância de textos narrativos, com alguma descrição embutida, como convém, aliás, às narrativas (Cf. HOPPER, 1979).

Como o objetivo principal da notícia é informar, e não entreter ou opinar (como a crônica, por exemplo), não pode haver qualquer pressuposto sobre conhecimento prévio do leitor, certa “cumplicidade” que há, por exemplo, numa crônica entre autor e seus leitores. Além disso, as notícias costumam envolver mais de um participante, muitas vezes protagonista e antagonista, como no exemplo dado em (1), o que de certo interfere na forma de expressão do referente. São, naturalmente, apresentadas em terceira pessoa, de modo aparentemente objetivo.

Gêneros opinativos

Outros gêneros podem ser chamados de mais opinativos (Cf. BELTRÃO, 1980), como o *artigo assinado* ou *artigo de opinião*, as *cartas de leitores*, as *crônicas*⁹ e as *entrevistas*.

⁹ Assim se pode dizer das crônicas atuais, bem diferentes daquelas que fizeram a fama de autores

A *crônica* moderna está bem longe da sua origem e etimologia. É um texto leve, em que se pode tratar dos mais variados assuntos. É geralmente escrita em 1ª pessoa e procura representar um momento de descontração do leitor, em meio à densidade do noticiário.¹⁰ Cinco autores que escrevem semanalmente no O Globo foram selecionados, compondo um total de 30 crônicas.¹¹

Por tradição, há nessas crônicas sempre sequências narrativas, embora não exclusivamente. É pelo fato de tratarem de uma temática do cotidiano, envolvendo personagens do domínio público – artistas, cantores, políticos, celebridades – que as crônicas nos interessaram do ponto de vista da referência. Nelas aparecem personagens conhecidos ou famosos. Há certo pressuposto de conhecimento partilhado com os leitores, diferentemente de uma *notícia*, que geralmente precisa identificar os personagens que apresenta. Veja-se, a propósito, o processo de referenciação através do qual se elabora a imagem da prefeita de S. Paulo na ocasião:

- 2) Nisso a *prefeita de São Paulo* é legítima representante dos seus eleitores. Quando [Ø] surgiu na vida pública, era difícil não gostar dela. *Mulher, sexóloga, do PT, mãe do simpático roqueiro Supla, casada com um político muito sério e elegante*, Eduardo Suplicy, *Marta Suplicy* era pura modernidade. Não sei se mudou a *sua* voz ou se mudou o meu ouvido, *ela* logo passou a me transmitir uma arrogância quatrocentona, plutocrata de esquerda. Muita gente riu quando *Marta* mandou um concorrente calar a boca durante um debate eleitoral na TV. Certo, era o Paulo Maluf, mas o gesto foi autoritário. (Artur Dapieve, O GLOBO, 11/07/03)

Hoje em dia, a *crônica* é tratada como um gênero opinativo, isto é, em que há ingredientes de texto argumentativo. Examinemos o exemplo (2), acima. Nele temos uma posição expressa na primeira frase (como convém a um texto argumentativo), mas também sequências de fatos relatados, que contribuem como argumentos.

como Rubem Braga, Paulo Mendes Campos, Fernando Sabino e mesmo o poeta Carlos Drummond de Andrade, por exemplo, na década de 1960. Para maiores detalhes, consultar Paredes Silva e Costa Pinto (2010).

¹⁰ Não está aqui incluída a crônica esportiva, a crônica policial ou qualquer outra modalidade.

¹¹ São eles: Artur Xexeo, Artur Dapieve, Cora Ronai, Joaquim Ferreira dos Santos e Zuenir Ventura. Esse material foi levantado pela pesquisadora, e não faz parte do acervo PEUL.

Ao mesmo tempo, o parágrafo é centrado numa só personagem. Apesar do recurso à menção através de diferentes sintagmas nominais como estratégia para acrescentar propriedades ao referente e assim orientar o leitor na tarefa de construí-lo, há menor risco de quebra de continuidade referencial. Daí a maior incidência de anáfora zero em *crônicas*.

Quanto aos *artigos de opinião*, oferecem maior dificuldade à tentativa de sistematizá-los. Trabalhamos com 30 artigos assinados, na maioria extraídos da página de Opinião dos jornais O GLOBO e JB. Apenas esses dois jornais dentre os pesquisados apresentam artigos de opinião no mesmo padrão (estilo formal a semiformal, temática semelhante).¹²

Nesse conjunto há completa diversidade de autoria: tanto jornalistas com contribuição sistemática para o jornal¹³ como especialistas de diferentes áreas (antropólogos, filósofos, empresários, juristas, médicos etc.) A questão da autoria não é irrelevante, pois, embora não tenhamos controlado esse aspecto, pudemos observar que os jornalistas com colunas regulares parecem contar com a maior familiaridade de seus leitores (nesse ponto, sua postura os aproximaria da dos cronistas) e apresentam um texto mais informal, menos denso. Os demais articulistas acabam por trazer para o artigo de jornal traços da escrita de sua profissão, seja no vocabulário mais especializado, seja na construção sintática, o que muitas vezes torna o texto mais formal e a leitura mais pesada.

O predomínio é de textos expositivos ou argumentativos, em que um ponto de vista é apresentado e sustentado. Ao longo da sustentação, podem ser inseridas sequências narrativas, a título de exemplificação ou evidência empírica para o ponto de vista defendido.

Quanto à temática, a maioria dos artigos de opinião analisados versa sobre política, no âmbito nacional ou internacional, de uma maneira mais direta (política partidária) ou indireta. Como pretendem ser a expressão de um ponto de vista, tendem a centrar-se em ideias, e não em pessoas ou acontecimentos - estes quando muito aparecem como pretexto para a emissão de opiniões. Por esse motivo, apresentam textos predominantemente argumentativos ou expositivos, raramente narrativos, como veremos a seguir.

¹² Em alguns jornais mais populares, rotula-se como “Opinião” artigos sobre futebol.

¹³ Elio Gaspari, Villas Boas Correa, Dora Kramer, Merval Pereira, por exemplo.

Neles, os sintagmas nominais, e particularmente os SNs encapsuladores de porções do texto (Cf. Francis, 2003), assumem papel de relevância, como se vê no exemplo abaixo, em que o SN retoma o conteúdo do parágrafo anterior:

- (3) Em qualquer caso, é o consumidor ou cliente que paga em dia que acaba pagando pelo “gato” ou pela “pirataria”. E este não é o consumidor pobre ou incapaz de pagar (para estes, no caso da eletricidade, existe um subsídio explícito), mas com grande frequência, as pessoas e até empresas que roubam de má fé, e sabendo que estão cometendo um crime.
É necessário que políticos e magistrados olhem com atenção **para essa enorme distorção** em nossos sistemas de rede a fim de tornar mais eficaz a feitura de leis e sua aplicação no país. (O Globo, A22 1.39-45)

Entrevistas

Acrescentamos ao corpus original do PEUL entrevistas transcritas no jornal O Globo. Sobre esse gênero, há quem afirme que é a “alma do jornalismo moderno”.

A entrevista é considerada um recurso de “verdade”, passa a fazer parte de um jornalismo que busca a objetividade. Ao mesmo tempo, atija a curiosidade do leitor, em torno de personagens do momento. Segundo Mülhaus 2007, “bisbilhotice e indiscrição” podem ser considerados “a mola propulsora de grande parte das entrevistas”, em tempos mais recentes. Sua semelhança a uma conversa, com a alternância de perguntas e respostas, permite que o leitor se sinta em contato mais próximo com a “celebridade”.

As entrevistas em questão partem de uma interação imediata (estilo “pingue-pongue”, segundo o Manual de Redação d’O Globo), sendo a maioria realizada por interação face a face e outras dadas por telefone, o que é explicitado nos respectivos parágrafos introdutórios. Talvez, por isso, possamos perceber que as transcrições dessas entrevistas não perdem certos vínculos com a modalidade oral.

Nas entrevistas assumem papel importante os SNs encapsuladores, resumitivos de porções do texto, como o do exemplo (3) acima.

Note-se que, nas orientações do Manual de Redação d'O Globo é recomendado ao jornalista que “as perguntas devem ter um tom absolutamente isento: nada desmoraliza mais uma entrevista do que a impressão de que se está tentando levar o entrevistado a dizer isso ou aquilo” (p. 45).

Os temas abordados são predominantemente de natureza política¹⁴. Tais entrevistas pretendem mostrar ao leitor o posicionamento dos entrevistados (cf. Manual d'O Globo), incluindo-se, assim, em gêneros com predomínio de sequências argumentativas.

Se seguirmos a orientação de Adam (2002) sobre as sequências (tipos de texto), diremos que se trata de sequências dialogais, pelo fato de haver troca, intercâmbio de papéis, o que fala e o que responde). Mas essa inclusão do tipo *dialogal* numa tipologia de textos, que aparece apenas na proposta de Adam (op. cit.), pode ter uma objeção: reservar a uma sequência o caráter dialogal faria supor “monologais”, por inferência, todos os outros tipos, o que seria incompatível com a visão bakhtiniana.

Cartas de leitores

Quanto ao nosso universo de *cartas de leitores*, tornou-se muito amplo. A rigor, parte do *corpus* poderia ser inserida nos gêneros opinativos. Optamos, porém, por dividi-lo em dois sub-conjuntos: cartas de natureza mais reivindicativa, como as do jornal Extra, abaixo exemplificado:

- 4) Tiaia está às escuras
á mais de uma semana, os moradores da Rua Tiaia, localizada em Rocha Miranda, estão enfrentando problemas na iluminação pública. A maioria das lâmpadas dos postes está danificadas. Durante esses dias, os moradores fizeram vários pedidos de reparo à Riolut mas nada é feito. Não aguentamos mais **essa situação**.

¹⁴ Por exemplo, do corpus fazem parte entrevistas de políticos candidatos ao governo do Estado Rio de Janeiro em 2006.

Ou mais opinativas, como a que se segue, do Jornal do Brasil:

5) Rocinha

Ora, seu Alberto Dines, os que servem a bandidos, são bandidos. Não há outra palavra: são bandidos. Se quisermos acabar com **essa situação**, temos que deixar de hipocrisias ao nos referimos ao assunto, e encarar o inimigo de frente. Se fôssemos um país com o mínimo de decência, esses 500 bandidos seriam, no ato, presos e, em seguida, processados. Somos uma nação de fracotes, onde todos querem uma solução milagrosa que não afete os interesses de ninguém, até dos traficantes. Se quiserem acabar com o cancro que é a Rocinha e similares, temos de pensar em criar leis de exceção, próprias a um estado de guerra¹⁵.

Em ambas, destaque-se o SN *essa situação*, atuando como um encapsulador (rótulo) de natureza anafórica. De qualquer forma, o tipo de texto predominante é o argumentativo. O emissor da carta quer defender seu ponto, seja em proveito próprio (problemas da rua, do bairro, etc. nos jornais mais populares); seja numa perspectiva mais social (comentários e opiniões sobre notícias, colunas ou artigos recentemente veiculados).

O domínio discursivo

Outro conceito a ser explicitado diz respeito ao uso da expressão discurso jornalístico. Essa expressão não remete a um gênero ou a um tipo de texto, mas a um campo de atividades – um domínio discursivo. Segundo Marcuschi (2008:105), trata-se de uma “esfera da atividade humana”, que indica uma instância discursiva. Assim podemos falar em domínio jurídico, domínio político, domínio jornalístico e assim por diante. Cada um desses domínios provavelmente abrangerá um conjunto de gêneros institucionalizados, que lhes são próprios. O *domínio* não corresponde a um gênero, mas pode dar origem a vários deles. E o jornal impresso, em si mesmo, é um suporte para os gêneros em questão, uma vez que é o elemento físico, concreto, que permite a fixação desses gêneros.

¹⁵ Em destaque, nos dois exemplos, SNs que funcionam como rótulos.

No nosso caso, utilizamos como exemplos de gêneros, portanto, a *crônica*, o *artigo de opinião*, a *carta de leitores*, a *entrevista*, as *notícias* etc. Cada gênero desses, por sua vez, abriga uma diversidade de tipos de texto.

Para concluir essa panorâmica sobre *gêneros, tipos de texto e domínios discursivos*, cabe dizer que a questão dos gêneros e tipos de texto é extremamente atual. Hoje em dia, especialmente depois da orientação dos PCNs, ficou “moderno” falar desse assunto, como também observa Marcuschi (2008).

O campo de pesquisa identificado como Análise de Gêneros (*Genre Analysis*), além da decisiva influência de Bakhtin, também deve sua expansão a John Swales (1990), cuja concepção de gênero é fortemente influenciada pela visão etnográfica de Dell Hymes. Swales (op. cit.) tem-se dedicado à análise principalmente dos gêneros desenvolvidos no contexto acadêmico – artigos, resenhas, resumos, teses, etc. Entre seus seguidores atuais, pode-se citar Carolyn Miller e Charles Bazerman. No Brasil, podemos mencionar Bernadete Biasi Rodrigues como divulgadora das ideias do autor.

6. O tratamento de gêneros e tipos de texto numa abordagem “variacionista”

Quando se pretende fazer uma análise variacionista, isso significa trabalhar com uma quantidade significativa de dados de uso real, buscando correlações entre a escolha de formas alternativas (ou seja, as variantes em fenômenos variáveis), e traços do contexto, no seu sentido mais amplo - no caso, os gêneros e tipos de texto, que podem atuar como variáveis, correlacionadas a fenômenos diversos.

Para dar um exemplo da influência dos gêneros, ao estudar a variação na referência à segunda pessoa no português carioca (*você/tu*), com o pronome *tu* combinado com a forma verbal não padrão (de 3ª. pessoa) constatou-se que era necessária uma situação comunicativa de interação face a face, uma vez que o gênero *entrevista* sociolinguística não se mostrava satisfatório para a obtenção daquele tipo de dado (Cf. Paredes Silva 2003, 2011).

O problema maior, quando se trata de aplicar uma análise variacionista, é a necessidade de estabelecer categorias bem distintas, delimitadas para efeito de codificação. Daí a dificuldade de **segmentação do gênero nos tipos textuais** que o constituem. Muitos questionamentos se impõem nessa etapa de uma análise:

- (i) Até que ponto se pode dizer que um segmento é de determinada natureza, por exemplo, narrativo ou descritivo; expositivo ou argumentativo?
- (ii) Qual a extensão desejável para a segmentação? A oração ou o período são unidades sintáticas. Outra alternativa seria trabalhar, na escrita, com o parágrafo como unidade temática, que, no entanto, não é uma unidade confiável, porque não há consistência no seu uso.
- (iii) Será o *tópico discursivo* o que ajuda a definir (delimitar) uma sequência?
- (iv) Ou serão antes os componentes daquele tipo de texto: (orientação, complicação, resolução, no caso de narrativas, por exemplo).

Além disso, há gêneros que se prestam muito mais ao hibridismo de tipos do que outros. A *carta pessoal* ilustra essa mescla na escrita, a *entrevista*, na fala. Outros gêneros são mais fechados, no sentido de representarem prototipicamente um tipo de texto - veja-se o caso de uma *receita culinária*, por exemplo, como realização característica do tipo *injuntivo*.

Apesar de todos os obstáculos mencionados, seguem-se, a título de ilustração, resultados de duas pesquisas distintas que envolveram os conceitos aqui discutidos - *gêneros e tipos de texto* - como grupos de fatores em análises quantitativas variacionistas.

Inicialmente, fizemos uma pesquisa que investigou a expressão variável do sujeito de terceira pessoa em três gêneros jornalísticos - a *crônica*, o *artigo de opinião* e as *notícias*.

Voltemos à questão da referência/referenciação, para agora situá-la no contexto dos gêneros discursivos. Retomemos a discussão inicial deste

artigo, de que a alternância entre SNs expressos por nomes, pronomes ou anáfora zero não corresponde simplesmente à introdução e manutenção de tópicos no discurso, respectivamente, o que ilustramos com o exemplo (1), da *notícia jornalística*.

Nosso estudo comparativo do uso de nomes, pronomes e anáforas zero como recursos para expressar a continuidade de referência em quatro gêneros jornalísticos, além de fatores já investigados anteriormente¹⁶ investiu na comparação entre os gêneros jornalísticos.

Vejamos os resultados gerais na tabela que se segue:

TABELA 1: visão geral da expressão variável de 3ª pessoa na mídia impressa.

SN's	Crônicas		Notícias		Cartas leitores		Art.Opinião	
		406	55%	520	73%	466	69%	526
Pronomes	165	22%	97	14%	94	14%	148	19%
Zeros	172	23%	97	14%	108	16%	88	12%
Total	743		714		668		762	

Observe-se que, nos gêneros analisados, o predomínio é da variante SN, embora sua frequência seja mais baixa nas *crônicas*. Estas, por sua vez, são ainda as que mais admitem anáforas zero. Quanto ao uso de pronomes, sobe também um pouco na crônica.

Controlou-se, em todos os textos, o número de retomadas de um referente e pôde-se constatar que as cadeias referenciais com índice mais alto de retomadas no texto servem como um indicativo do tópico discursivo ou do tema principal do texto. A depender da natureza desse tópico, seu caráter animado ou inanimado, concreto ou abstrato, a repetição (isto é, a retomada pelo mesmo SN) se torna mais ou menos natural.

Veja-se a seguir, por exemplo, o primeiro parágrafo de um artigo de opinião que defende a existência das “agências reguladoras”:

¹⁶ Ambiguidade, distância referencial, traço animado do referente etc.

- 6) O conjunto de projetos em curso no governo federal, modificando radicalmente atribuições e autoridade das **agências reguladoras**, na prática, significa **sua** extinção. Por falta de informação ou por uma visão equivocada do papel das **agências** é cada vez mais frequente que um ou outro membro do governo apareça atirando no que viu e acerte no que não viu. Se essa cruzada quixotesca conseguir acabar com **as agências**, perdem todos: o cidadão, o governo e, principalmente, o Rio de Janeiro. (O GLOBO - Moinhos de vento)

E o texto segue, organizando os parágrafos através da retomada do mesmo nome, com ou sem adjetivo, ou seja, alternando *agências reguladoras* com *agências*.

Em síntese, a mesma expressão nominal – *agência* - repete-se, assim, doze vezes num total de dezoito retomadas da entidade nesse texto. Contudo, tal nível de repetição não nos causa estranheza, dada a especificidade do “objeto designado” Observe-se ainda que dessas dezoito “retomadas” apenas uma se faz por uma descrição definida - *o melhor instrumento criado pela sociedade moderna*, o que representa uma recategorização desse referente.

O traço *animacidade* também desempenha papel significativo nessa escolha. É uma variável tradicionalmente associada à escolha de pronomes. Ora, como vimos no exemplo (2), *crônicas* tendem a se centrar em personagens humanos, conhecidos do público leitor, o que favoreceria o uso do pronome e mesmo da anáfora zero.

Buscamos também uma correlação entre gêneros e tipos de texto ou sequências textuais. Apesar das dificuldades inerentes a essa segmentação, foi aplicada aos textos uma divisão nas sequências que os compõem: narrativas, argumentativas, expositivas/descriptivas, injuntivas.

A tabela a seguir apresenta a distribuição geral dos dados (referentes contínuos) nas sequências textuais, comparando *notícias* e *artigos de opinião*, englobando todas as variantes (SN, pronome, zero):

TABELA 2: distribuição dos tipos de textos (sequências textuais) por gêneros (todas as variantes)

Gênero	Notícias		Artigo de opinião	
	N.	%	N.	%
Argumentativo	19	2,5%	584	77%
Narrativo	434	61%	114	15%
Descr/ expositivo	255	36%	58	7,5%
Injuntivo	6	0,8%	4	0,5%
Total	714		762	

O que esses resultados confirmam é a alta incidência de sequências argumentativas nos artigos de opinião, comparativamente às notícias¹⁷. Considerando-se que os *artigos de opinião* tendem a não se centrar em pessoas, mas em ideias e que as *notícias*, apesar de centradas em pessoas, necessitam de retomadas explícitas para garantir a informatividade, isso explicaria por que, apesar apresentarem uma composição textual (sequências textuais) mais diversificada, apresentam comportamento semelhante no que diz respeito à escolha entre nomes, pronomes e anáfora zero (Cf. Tabela 1)

Outro estudo que vai permitir entender melhor essas diferenças é o que diz respeito ao uso de SN's como rótulos (*labels*), conforme a terminologia de Francis (2003)¹⁸

Trata-se de um nome que não designa diretamente um ser, como o faz comumente um substantivo, mas cujo sentido tem que ser depreendido do co-texto precedente ou subsequente. Assim, de acordo com Francis, no artigo supra-citado, os rótulos se dividem em prospectivos e retrospectivos, ou em outras palavras, *catafóricos* e *anafóricos*, como, respectivamente nos exemplos a seguir:

¹⁷ O mesmo se dá nas crônicas, cujos resultados aqui não se apresentaram.

¹⁸ Também conhecidos como encapsuladores (Koch 2002, 2008), ou nomeações (Cf. APOTHÉLOZ; CHANET 1997; CAVALCANTE 2001).

- 7) Todos parecem querer a reforma política.No entanto, basta tentar dar-lhe forma para que a proposta sofra pesada artilharia inimiga e também amiga, vinda de quem lhe proclamava a necessidade e a urgência há não muito tempo. A conclusão, parece, é a de estarem nossas instituições funcionando bem, sem necessidade de consertos.
Esse juízo é parcialmente correto.(...) (Opinião,JB, 09-03-04)
- 8) Depois de muito sacrifício e pouco sucesso nos embates pelo poder, a esquerda quando o alcança não raro coloca em posição subalterna os sonhos que acalentou_ até ao extremo de tornar realista **a velha piada**: “ O poder é como o violino, pega-se com a esquerda mas se toca com a direita.(Opinião, O GLOBO 01-06-04).

No exemplo (7), a expressão em negrito retoma tudo o que foi dito no parágrafo anterior, resumindo-o (encapsulando-o) e atribuindo-lhe o caráter de um **juízo**, atribuindo-lhe uma categorização, portanto. Já no exemplo (8) também temos um encapsulamento, só que antecipatório, isto é, o rótulo é prospectivo¹⁹.

De acordo com Koch (2005), esses SNs contribuem para a orientação argumentativa do texto.

Usos como os assinalados desempenham um importante papel na progressão temática, fazem evoluir o tema do texto e contribuem para a compreensão do leitor.

Há dois pontos a salientar desses usos: a eventual variação no uso do determinante definido vs. demonstrativo e a incidência preferencial de tais SNs em certos gêneros e tipos de texto. Autores da Linguística Textual têm afirmado que em alguns SN's a alternância entre demonstrativo e definido seria possível, configurando-se um caso de variação. A propósito, afirmam Apothéloz e Chanet (1997): “Parece, por outro lado, que se pode praticamente sempre substituir uma nomeação definida por uma demonstrativa, mas que o inverso não é verdadeiro” (APOTHÉLOZ; CHANET, p. 142).

¹⁹ Em seu trabalho seminal, sobre coesão textual, Halliday e Hasan (op. cit.) fazem menção a algo semelhante, ao caracterizarem a chamada *referência estendida*. Porém os autores discutem-na especialmente em sua expressão pronominal.

Esses autores listam e exemplificam uma série de contextos em que cada um desses determinantes ocorre, e afirmam basear sua análise num corpus de “aproximadamente 250 itens”, “praticamente constituído de exemplos escritos” (trata-se de exemplos literários) e dizem apresentar “dados quantitativos”. Mas sua análise carece de verdadeira comprovação empírica.

Por sua vez, Zamponi (2001) chega a afirmar que, nos casos de uso de definido e demonstrativo em SN's podemos estar diante de uma variação livre. Ora, por princípio a teoria da variação laboviana defende a sistematicidade da variação, sendo esta inerente ao sistema linguístico, isto é, a variação é estruturada, e não livre, aleatória.

A título de ilustração, vejamos os exemplos abaixo:

- 9) Inicialmente, para entendermos **esta questão** é importante saber como funciona a Lei de Ação e Reação (...) Op. E 2
- 10) [...] quem sabe possamos encontrar algum ex-seminarista que resolva **a questão**. Op. JB 8.

Em ambos os exemplos, extraídos de *artigos de opinião* da imprensa carioca, o nome-núcleo do SN é o termo *questão*, um item bastante geral, do ponto de vista semântico, como, aliás, prevalece nos rótulos. Nos dois exemplos, também, o nome tem a função sintática de complemento do verbo e emprego anafórico, retomando porções anteriores do texto. O exemplo (1) é o começo de um parágrafo, o exemplo (2) está no primeiro período de um parágrafo. Há, assim, alguma semelhança de contexto entre os exemplos apresentados. E neles parece perfeitamente viável o intercâmbio entre artigo e demonstrativo. Constituem, portanto, o que se poderia chamar uma variação em contexto semelhante.

Além disso, é preciso distinguir os contextos em que a alternância não é permitida.

Vejamos, a propósito, a sequência abaixo, extraída de uma entrevista:

- 11) Repórter: O brizolismo ganhou um pouco a fama de a polícia ter sido frouxa nas favelas.
Entrevistado: Eu não mudaria nada *nessa política*. (Entrevista O Globo, 2006).

Nesse caso, a substituição do demonstrativo por um artigo definido iria atribuir um grau de generalização indesejado ao SN - na política, de modo geral, e não apenas aquela que Brizola adotava.

Uma análise de dados reais de uso, como a que propomos aqui, permite lidar com esses aspectos, e ainda outros de forma bastante objetiva, buscando estabelecer correlações entre aspectos estruturais desses SN's e sua função no texto. Tais características, tratadas em grupos de fatores e controladas numa análise variacionista tornam possível o trabalho de quantificação através do pacote estatístico GOLDVARB²⁰, que nos dá um instrumental apropriado para não só confirmar ou contestar as hipóteses dos autores citados, como para avançar na discussão da relação dos SN's com a construção do texto de tipo *argumentativo*, e ainda correlacioná-lo ao *gênero textual* em que se insere.

As tabelas abaixo fornecem uma ideia geral da distribuição de rótulos, definidos e demonstrativos, através de diferentes gêneros jornalísticos pesquisados:

TABELA 3: distribuição dos SN's definidos e demonstrativos na amostra de escrita

GÊNEROS JORNALÍSTICOS				
	Opinião	Cartas do leitor	Notícias	Entrevistas
Definido	45 /84= 54%	119/176 = 67%	63/ 73= 86%	70/174 = 40%
Demonstrativo	9/84 = 45%	57/176 = 33%	10/ 73 = 14%	104/174 = 60%

Apresentam-se, a seguir, duas tabelas comparativas dos resultados da análise da variação definido/demonstrativo em rótulos, em três gêneros jornalísticos.

TABELA 4: influência do Caráter Anafórico ou Catafórico do Rótulo no uso do Artigo Definido. (Gêneros da escrita jornalística)

	Opinião	Cartas de leitores	Entrevistas
Anafórico	0.43	0.36	0.41
Catafórico	0.97	0.86	0.84

²⁰ Ainda que, muitas vezes, aplicando apenas parte desse pacote- a referente às frequências.

TABELA 5: influência da Função Sintática do Rótulo no uso do Artigo Definido.

	Opinião	Cartas de leitores	Entrevistas
Sujeito	0.64	0.57	0.71
Compl. Verbal	0.68	0.50	0.42
Outras Funções	0.10	0.42	0.33

Observe-se que o caráter catafórico do SN é o que mais promove o emprego do artigo definido como determinante em rótulos, nos três gêneros cujos resultados se apresentam. É fato reconhecido pelos estudiosos de pronomes que o demonstrativo está mais comprometido com a função de apontar para trás, no texto.

No que diz respeito à função sintática, vê-se que, no artigo de Opinião, o artigo definido se distribui igualmente entre sujeito e complemento direto. Quase o mesmo se pode dizer do que se passa nas cartas de leitores. Nas entrevistas, talvez pelo seu caráter interativo mais explícito, o artigo aparece mais frequentemente naquele SN que traz o tema da pergunta ou da resposta.

Além desses fatores, consideraram-se ainda a presença ou não de modificador no SN, a natureza semântica mais ou menos geral do nome núcleo, a sequência (tipo textual) em que o rótulo se inseria e a localização do rótulo no texto.

Desses, houve seleção pelo programa em alguns gêneros, outros em gêneros distintos, mas o caráter anafórico/catafórico e a função sintática sempre estiveram presentes nas seleções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se vê, o exame de dados reais traz muitas dificuldades e desafios ao analista que deseja trabalhar com categorias de *gênero* e *tipos de texto*, alguns dos quais foram aqui apenas apontados.

Procuramos dar uma ideia de como a classificação de gêneros e tipos de texto, apesar de muitas vezes criar situações duvidosas para o pesquisador, pode representar um subsídio enriquecedor na nossa análise de fenômenos variáveis, levando a uma compreensão mais abrangente das questões.

No caso da expressão variável de elementos de terceira pessoa, ela contribuiu para entendermos melhor a escolha de estratégias de referência (manutenção do referente/tópico) e a própria progressão temática do texto.

Nos SNs que funcionam como rótulos, a escolha de determinantes definidos e demonstrativos também pode ser correlacionada ao gênero e ao tipo textual.

Resta-nos a principal indagação, a mais difícil de resolver: qual seria, finalmente, o melhor critério para a segmentação de um gênero nas sequências que o constituem? A nosso ver, o caminho vem pelo tema ou tópico discursivo, se não quisermos cair numa segmentação meramente sintática e fragmentária. Mas esse é uma trilha apenas sugerida, o caminho ainda está por desbravar.

As análises aqui apenas esboçadas mostram que é possível trabalhar com correlações entre a constituição do SN, do ponto de vista estrutural, formal, e suas funções nos diferentes gêneros e tipos de texto, de tal forma que a análise com dados reais e sua frequência de uso deem mais precisão às afirmativas que fazemos.

Evidencia-se, assim, que é possível associar análises do texto em seus aspectos mais globais e tratamento quantitativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APOTHELOZ, D.; CHANET, C. Definido e demonstrativo nas nomeações. In: CAVALCANTE, M.; RODRIGUES, B & CIULLA, A. (Orgs.) *Referenciação*. São Paulo, Contexto, 2003.

BAKHTIN, M.M. *Speech genres and other later essays*. University of Texas Press, 1986.

_____. *Estética da criação verbal*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

BELTRÃO, L. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre, Editora Sulina, 1980.

BIBER, D. *Variation across speech and writing*. Cambridge, Cambridge University Press, 1988.

CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M.A. (Orgs) *Gêneros textuais e referenciação*. Fortaleza, Quatro comunicações, 2004.

CAVALCANTE, Mônica M. Expressões referenciais – uma proposta classificatória. *Cadernos de Estudos Linguísticos* 44. Campinas, SP, UNICAMP/ IEL, 2003.

_____. As nomeações em diferentes gêneros textuais. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, SP, UNICAMP/ IEL, 2001.

FRANCIS, G. *Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais*. Trad: Mônica M. Cavalcante, Valéria S.Cassan de Deus e T.P. Miranda. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, I. A referenciação textual como estratégia cognitivo-interacional. In: BARROS, K.S.M. *Produção textual: interação, processamento, variação*. Natal, EDUFRN, 1999. p.69-80.

_____. *As tramas do texto*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.

_____. A referenciação como atividade cognitiva - discursiva e interacional. *Cadernos de Estudos Linguísticos* 41. Campinas, SP, UNICAMP, jul-dez, 2001.

_____. & MARCUSCHI, L. *A Processos de referenciação na produção discursiva*. DELTA v. 14. n. especial, 1998.

MARCUSCHI, L. A. *Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais*. XII Jornada do Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste (GELNE), Fortaleza, set.1999 (mimeo).

_____. *Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras*. In: KOCH, I, MORATO, E. & BENTES, A C. *Referenciação e Discurso*. São Paulo, Contexto, 1999. 2005.

_____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo, Parábola, 2008.

MÜLHAUS, C. *Por trás da entrevista*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2007.

OGDEN, C.K.; RICHARDS, I. A. *O significado de significado* (Trad. de Álvaro Cabral) Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976. [1923]

PAREDES SILVA, V.L. *Cartas cariocas. A variação do sujeito na escrita informal*.

Tese de Doutorado. UFRJ. 330p. 1988.

_____. Forma e função nos gêneros de discurso. *ALFA 41* _ UNESP, 1997

_____. *Gêneros e tipos de texto: aproximações e distinções*. Diacrítica 24/1 Revista do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho. Braga, 2010. p. 471-489

_____. *Continuidade de referência: nomes, pronomes e anáfora zero em gêneros da fala e da escrita*. Revista Linguística v. 3, do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFRJ, 2007.

_____. *Desfazendo um mito: a repetição na escrita e suas funções*. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Orgs) Português Brasileiro II. Niterói, EDUFF, 2008.

_____; MARTINS, Ana P. P. *O uso de SNs definidos vs. demonstrativos como rótulos em entrevistas jornalísticas*. Revista Linguística v. 4. n. 1, Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFRJ, jun/2008.

_____; COSTA PINTO, Pedro I.V. *A crônica: um gênero de vários tipos textuais*. In: MOLLICA, M.C.(org) Usos da linguagem e sua relação com a mente humana. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2010.

RONCARATI, C. *As cadeias do texto. Construindo os sentidos* São Paulo, Parábola, 2010.

ZAMPONI, G. *O determinante demonstrativo em sintagmas nominais*. Cadernos de Estudos Linguísticos 41, 2001. p.141-147